

SINDXEF-SP

FILIADO À



A QUESTÃO INDÍGENA

E O DESMONTE DA FUNAI



SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Não ao genocídio dos povos indígenas!

Às vésperas de 2016, o bebê de 2 anos de idade, Vítor Pinto, da etnia Kaingang, foi assassinado no colo da mãe, Sônia da Silva, enquanto era amamentado em frente à rodoviária do município de Imbituba (SC). Um homem se aproximou, acariciou seu rosto e, com um estilete, o degolou. A Polícia Militar da região em poucos minutos prendeu, num bairro pobre, um presidiário, que usufruía do benefício do indulto de Natal e Ano Novo. Mas, o homem indicado pela PM como autor do assassinato não foi reconhecido pelas três testemunhas: a mãe e o pai da criança e um taxista que estava no local na hora do crime. Informações colhidas na delegacia por um advogado que acompanhou a família Kaingang dão conta de que esse cruel assassinato pode estar relacionado a ações de grupos neonazistas ou de outras correntes segregacionistas.

Em todo o país registram-se casos de violência e de intolerância contra indígenas e quilombolas, manifestadas concretamente nas perseguições, nas práticas de discriminação, na expulsão e no assassinato de indígenas. Somente de 26 a 30 de dezembro de 2015 pelo menos cinco indígenas foram assassinados no Maranhão, Tocantins, Paraná e Santa Catarina.

Em 31 de janeiro de 2016, indígenas Guaranis Kaiowás sofreram um ataque violento após a tentativa de retomada da fazenda Madama. Servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) chegaram ao local, no tekoha Kurusu Ambá, no dia 2. Eles confirmam as informações de que um acampamento inteiro foi incendiado por pistoleiros e temem a explosão de um conflito grave no local. Os três acampamentos que compõem Kurusu Ambá foram atacados.

Há quase uma década, o tekoha Kurusu Ambá está em processo de identificação e delimitação. O relatório de identificação sobre a área deveria ter sido publicado pela Funai em 2010, segundo Termo de Ajustamento de Conduta estabelecido pelo Ministério Público Federal em 2008.

GENOCÍDIO

Nos últimos anos, as violências praticadas contra os povos indígenas intensificaram-se em todo o Brasil, em especial nos estados do nordeste, sudeste e sul.

No período de 2003 a 2014, foram assassinados no país 754 indígenas, sendo 390 da etnia Guaraní Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

O número de 390 Guaranis Kaiowás assassinados, segundo o Cimi, nos últimos 12 anos, representa uma média de 30 assassinatos por ano. São crimes extremamente cruéis.

Além dos assassinatos, outro fato que chama a atenção são os mais de 700 suicídios registrados entre os Kaiowás. Sem o Tekoha (a terra sagrada) e sem condições de manter a cultura, o suicídio se tornou uma fuga.

Em 2012, uma carta dos Kaiowás comoveu o país e teve ampla repercussão. O documento falava em "morte coletiva" e foi interpretado como um anúncio de suicídio coletivo dos indígenas diante de uma ordem de despejo da terra onde viviam.



UMA SINDICALISTA E UM PROFESSOR: Dois mortos pelo latifúndio na mesma semana

No dia 03 de fevereiro de 2016 o sindicalismo brasileiro perdeu a companheira quilombola Francisca das Chagas Silva, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miranda do Norte (MA), assassinada com requintes de extrema crueldade. O corpo foi encontrado nu, com sinais de estupro, estrangulamento e perfurações.

Dois dias depois, a comunidade acadêmica brasileira se estarreceu frente ao assassinato do profes-

sor aposentado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Marcus Vinicius Matranga. Ativista antirracista e pelos direitos indígenas, foi sequestrado por dois homens armados em casa e levado até uma estrada do povoado, onde foi morto com um tiro na cabeça.

Nos dois crimes ficaram evidentes as botas sujas do latifúndio, pois era contra os grileiros de terra que lutavam o professor e a sindicalista.



Francisca Silva e Marcus Matranga, presentes!



Quem dispara o extermínio?

O aumento das manifestações de ódio contra os povos indígenas esta relacionado com o ataque que os ruralistas têm praticado contra estes povos no âmbito do Congresso Nacional, e em outras instâncias, na tentativa de desfazer os direitos.

De acordo com o Cimi, existem 1.044 terras indígenas no Brasil, dentre as quais apenas 361 estão

registradas, outras 154 estão “a identificar” e 399 estão classificadas como “sem providências”.

Tal realidade tem ligação direta com o desmonte da Funai e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Estes dois principais órgãos responsáveis pela demarcação de terras indígenas e quilombolas, respectivamente, estão

na mira de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) proposta pela chamada “bancada ruralista” – responsável por motivar e fomentar o genocídio de povos indígenas e quilombolas.

O desmonte da Funai e do Incra, somado à deslegitimação destes órgãos, atende aos interesses do setor do agronegócio. Na ausência do

poder estatal, a orientação política acaba sendo dada por aqueles setores da economia que ambicionam a exploração das terras.

Infelizmente, o governo petista é submisso ao agronegócio. Exemplo dessa postura, e de que ela não vai mudar, foi a homologação pela presidenta Dilma de apenas sete terras indígenas em todo o ano de 2015.

O desmonte da Funai

A Funai vive um processo de enfraquecimento no governo Dilma. Ela até agora é a presidente que menos homologou terras indígenas entre os governos pós-ditadura militar. Em 5 anos, homologou 18 terras, enquanto em 2 anos Itamar Franco homologou 16 áreas.

As homologações das demarcações já vinham tendo uma queda, mas Dilma parou no tempo!

A Funai está sob comando interno desde que a demógrafa Marta Azevedo pediu demissão, em junho de 2013. Dilma não nomeou oficialmente nenhuma pessoa para o cargo. Isso só mostra o desinteresse deste governo com a política indigenista.

Outro indicador de enfraquecimento do órgão é a redução do quadro de servidores, que caiu de 2.396 em 2010 para 2.238 em 2014.

Além disso, a cada ano o governo reduz o orçamento da Funai. De acordo com o site institucional, “Em consequência da limitada dotação, a Fundação vem logrando apenas garantir o funcionamento mínimo

das unidades administrativas, e alcançando a lamentável condição de atender apenas as emergências”.

Apesar de todas as manifestações de preconceito e ódio que estão acontecendo contra os povos indígenas, não se vê, por parte do Poder Executivo, uma ação efetiva na perspectiva de combater estruturalmente essas situações.

Ao contrário, mal começou 2016 e o governo federal, mais uma vez, reduziu o orçamento da Funai, disponível para ações como, por exemplo, das demarcações de terras indígenas e indenização aos ocupantes não-indígenas.

É um sinal, segundo a avaliação do Cimi, de que o governo não tem uma perspectiva, dentro da sua política indigenista, de atacar o cerne, o elemento central, que motiva, produz e potencializa essas situações de conflito, violência e ódio entre os povos.

As terras indígenas têm sido vistas como uma nova fronteira para a expansão da produção de grãos e de carne.



Como em anos anteriores, verificou-se em 2015 a baixíssima execução orçamentária nas ações voltadas para os povos indígenas. Na ação denominada “Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas”, até o início do mês de novembro, dos pouco mais de R\$ 18 milhões previstos no orçamento, só foram liquidados pouco mais de R\$ 2 milhões e 600 mil. Não foi usado nenhum centavo dos R\$ 5 milhões previstos para “Indenização aos atuais possuidores de Títulos das áreas sob Demarcação Indígena”, nem dos R\$ 30 milhões previstos para “Indenização para Solução de Conflitos Indígenas”.

Não é de hoje que o governo federal realiza uma campanha de desmonte da Funai.

Em maio de 2013, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, foi aplaudida pelos ruralistas quando anunciou que até o final daquele semestre seria definido um novo marco regulatório para os processos de demarcações das terras indígenas, o que não aconteceu.

Antes mesmo da oficialização do marco o Palácio do Planalto, a voz delegada pela Presidência da República falou contra a Fundação: “a Funai não está preparada e não tem critérios claros para fazer a gestão de conflitos. Ela não tem a capacidade para fazer a mediação [entre índios e agricultores] pelo envolvimento que tem com os índios”.

Naquele momento já estava claro o processo de deslegitimação da Funai. O órgão indigenista governamental, com o seu histórico de atuação e quadro de profissionais especializados em questões indígenas, já não era considerado pelo próprio governo como a instituição mais adequada para realizar os processos de demarcação, definidos, em última instância, pelo Ministério da Justiça.

Para evitar o esvaziamento e desmonte completo da Funai é preciso lutar para que o novo marco regulatório de demarcação de terras indígenas não seja oficializado com a aprovação da inconstitucional PEC 215/2000 e, também, a PEC 71/11, que prevê indenização aos proprietários de terras homologadas como área indígena desde outubro de 2013.

Demarcações - Brasil	TIs Declaradas*		TIs Homologadas*	
	Nº**	Extensão (Ha)**	Nº**	Extensão (Ha)**
Presidente [período]				
Dilma [jan 2015 a dez 2015]	3	8.441	7	479.110
Dilma [jan 2011 a dez 2014]	10	1.094.276	11	2.025.406
Lula [jan 2007 a dez 2010]	51	3.008.845	21	7.726.053
Lula [jan 2003 a dez 2006]	30	10.282.816	66	11.059.713
FHC [jan 1999 a dez 2002]	60	9.033.678	31	9.699.936
FHC [jan 1995 a dez 1998]	58	26.922.172	114	31.526.966
Itamar [out 92 dez 94]	39	7.241.711	16	5.432.437
Collor [mar 90 set 92]	58	25.794.263	112	26.405.219
Sarney [abr 85 mar 90]	39	9.786.170	67	14.370.486



Do latifúndio ao agronegócio



O antigo latifúndio, responsável pelas extensas propriedades rurais, “se renovou e hoje gerencia um moderno sistema chamado agronegócio”, disse Inácio Werner, em entrevista concedida à IHU On-Line.

Segundo o sociólogo e integrante do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, “O latifúndio, rearticulado através do agronegócio, perpassa e influencia a quase totalidade dos parti-

dos políticos em Mato Grosso”. Apenas no Mato Grosso, um dos principais polos do agronegócio no país, a má distribuição da terra é evidente e tem se tornado uma das principais causas de conflitos sociais.

O agronegócio não traz desenvolvimento soberano, mas sim, representa a recolonização do Brasil. Seu avanço é o que tem provocado o genocídio das comunidades indígenas não só no Mato Grosso do Sul como em todo o país.

DILMA, A MOTOSSERRA E A CORRUPÇÃO

Nos últimos anos, em particular nos governos petistas, o setor do agronegócio ganhou força com generosos financiamentos de dinheiro público. Mas isso não é tudo. Para demonstrar sua submissão à bancada ruralista na Câmara e no Senado, Dilma colocou uma das maiores lideranças do agronegócio, Kátia Abreu (PMDB), como ministra da Agricultura.

Apelidada ‘Miss Desmatamento’ ou ‘Rainha da Motosserra’, Kátia teve um papel importante em tornar mais flexível o Novo Código Florestal Brasileiro, aprovado em 2012. A senadora também defende a construção de mais estradas na Amazônia e um controle mais rígido sobre as reservas indígenas brasileiras.

Não é de se espantar a ligação de Dilma com o agronegócio. O Senador Blairo Maggi (PR), da linha de frente do modelo do agronegócio, foi um dos principais apoiadores das candidaturas de Lula e, depois, de Dilma. Blairo, investigado por envolvimento em lavagem de dinheiro e corrupção, é simplesmente um dos maiores produtores de soja do mundo, empresário bem-sucedido, bilionário.

Blairo é considerado mentor de Luiz Antônio Pagot (PTB), que foi demitido da direção geral do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit), em 2011, envolvido com denúncias de corrupção durante a chamada “faxina ética” realizada pela presidenta Dilma.

Ataques da bancada ruralista no Congresso Nacional

No âmbito do Congresso Nacional estão sendo propostos projetos de lei e de emendas à Constituição Federal com o claro objetivo de inviabilizar as demarcações e de possibilitar a exploração dos recursos naturais das áreas homologadas. Tramitam na Câmara dos Deputados e Senado Federal mais de 100 proposições que visam alterar artigos concernentes aos direitos indígenas na Carta Magna.

Dentre as propostas legislativas mais perigosas no Congresso encontra-se o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000.

PEC 215/2000: SENTENÇA DE MORTE

A 215/2000 visa alterar o texto constitucional para transferir ao Poder Legislativo a decisão final sobre as demarcações de terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação no país. Atualmente, somente o Poder Executivo, munido de seus órgãos técnicos (leia-se a Funai e o Incri), pode decidir sobre essas demarcações.

Com isso, todas as demarcações de terras indígenas e quilombolas passariam pelo crivo e aval dos parlamentares e cada demarcação exigiria a aprovação de uma lei específica. Os direitos indígenas, assegurados na Lei Maior do país, estariam suscetíveis aos interesses políticos de ocasião.

Além disso, o substitutivo aprovado no dia 27 de outubro na Comissão Especial da Demarcação de Terras Indígenas, também proíbe as ampliações de terras indígenas já demarcadas. Terras demarcadas ao longo de décadas poderiam ser revisadas, caso a PEC fosse aprovada.

Na proposta, incluem-se, ainda, dispositivos que viabilizariam o arrendamento das terras indígenas e que rompem com a autonomia e o protagonismo destes povos, o que colide com o disposto no Artigo 231 da Carta Magna, que



Foto: Pedro Alves

reconhece aos povos indígenas suas organizações sociais, seus costumes, línguas, crenças e tradições.

A PEC 215 beneficia mais ainda os ruralistas ao prever indenização dos proprietários de terras nas áreas demarcadas em todos os casos e ao fixar o dia 5 de outubro de 1988, data em que a Constituição foi promulgada, como “marco temporal” para definir o que são as terras permanentemente ocupadas por indígenas e quilombolas.

Dessa forma, a PEC 215 não leva em conta a história dos grupos indígenas, que foram expulsos de suas terras tradicionais e que, devido a conflitos fundiários ou por ações da ditadura, não conseguiram voltar a ocupar estas áreas.

A proposta segue para o Plenário da Câmara dos Deputados.





Somos todos Guaranis Kaiowás!

O povo Guarani Kaiowá sofre com o extermínio praticado por fazendeiros do agronegócio e seus pistoleiros na disputa pela terra.

Em 2007, a Funai se comprometeu a identificar e demarcar 39 territórios indígenas da etnia. Mas nenhum território Kaiowá foi regularizado em todo o período dos governos petistas.

O povo Kaiowá luta para reaver

seu "Tekoha", a terra sagrada. A comunidade indígena de cultura milenar organiza retomadas de suas terras tradicionais sob o lema "Terra, Justiça e Demarcação". Essa luta tem o apoio da CSP-Conlutas que, entre os dias 10 e 13 de dezembro de 2015, realizou a Caravana Tekoha - Lugar Sagrado - Em solidariedade ao povo Kaiowá. Firmou-se ali uma frente de solidariedade.

CARAVANA TEKOKHA

A Caravana Tekoha envolveu uma série de organizações sindicais, movimentos populares, movimentos de luta contra as opressões, estudantes, com objetivo de levar a solidariedade dos trabalhadores da cidade à luta dos Guaranis Kaiowás.

A CSP-Conlutas - que já havia iniciado contato com as principais lideranças Guarani Kaiowá, como Valdenice Veron - também pretende estreitar as relações com os Guaranis. Esse estreitamento de relações segue no sentido de avançar na organização da defesa da demarcação das terras indígenas no Brasil e, também, apontar a necessidade de que esta luta se desenvolva em unidade com os quilombolas.

Na caravana, além de levar uma série de mantimentos, os participantes, junto aos indígenas, discutiram muito sobre o tema da retomada.

Paulo Barela, membro da Secretaria Executiva Nacional da Central, esclarece: "No caso dos indígenas não se usa o termo que na cidade nós

usamos ou no campo se utiliza, que é a 'ocupação' de terras. Lá chamam de 'retomada' em função de serem terras que já pertenciam aos indígenas e que foram roubadas, surrupiadas e eles foram expulsos dos seus territórios".

Os envolvidos traçaram, junto aos indígenas, planos de apoiar as retomadas dos territórios e realizar mais encontros. O apoio não se restringe ao sustento material, mas também diz respeito ao desenvolvimento de ações junto ao Ministério da Justiça, junto à Funai e à Procuradoria.

"A CSP-Conlutas como seu próprio nome diz, que é uma Central Sindical e Popular, atua em todas as frentes e não poderia deixar de atuar em defesa dos povos originários e dos povos quilombolas. Por isso, essa Caravana se reveste de uma importância muito grande para a nossa Central, mas, também, para a solidariedade da classe trabalhadora que se organiza todos os seguimentos", finalizou Barela.



Foto: Romerito Pontes

NA CIDADE E NO CAMPO, SOMOS UMA SÓ CLASSE! TRABALHADORES, UNI-VOS!

Atualmente, cerca de 40 mil Kaiowás vivem em condições de extrema pobreza nos poucos metros quadrados que sobraram dos seus territórios ou em acampamentos em lona preta. A terra sagrada foi roubada, com o apoio do Estado, pela ganância dos latifundiários e transformados em pasto ou monocultura da soja ou da cana.

É necessário acompanhar a luta dos povos indígenas e manter sua vigilância e mobilização permanente, para evitar retrocessos e perda de direitos.

Por isso, o Sindsef-SP, junto à CSP-Conlutas e toda sua base, solidariza-se a esta causa, traz o debate sobre a política indigenista e levanta as bandeiras:



- Pelo fim do genocídio dos povos indígenas e comunidades quilombolas! Apuração e punição para os crimes contra as etnias!

- Não à PEC 215/2000! Demarcação das terras indígenas e quilombolas, já!
- Por mais investimento para a

política indigenista! Não ao desmonte da Funai e do Incri! Pela valorização dos serviços e dos servidores públicos! Pela realização de concursos públicos!

- Por ações de proteção as terras indígenas, como a fiscalização preventiva, coibindo a caça, a pes-

ca e a extração ilegal de madeira e invasão de terras indígenas!

- Em defesa da agricultura familiar! Não ao agronegócio! Pelo direito à terra e à soberania alimentar no Brasil!

- Reforma agrária, urgente e necessária!